

**FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS- FGBP
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

2014

**Fundo Garantidor Baiano de Parcerias
FGBP
CNPJ: 18.918.355/0001-20**

Administradora: Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia
Rua Ivonne Silveira, 213 – Doron
Salvador - Ba – CEP 41.194-015
Tel (71) 3103-1040/1271 fax (71) 3103-1017

SUMÁRIO

1. Introdução	4
2. Negócios realizados no período	4
3. Obrigações contraídas no período	4
4. Honra a garantias realizadas	6
5. Evolução Patrimonial do Fundo	6
6. Programa de Investimentos para o próximo período e perspectivas.....	10

ANEXO A - Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Introdução

A criação do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (FGBP) foi autorizada pela Lei Estadual 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e alterações, que definiu que o Fundo teria como competência precípua a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP). Em 03 de junho de 2013, ocorreu a primeira Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o Estatuto e o Regulamento do Fundo, assim como estabeleceu o valor nominal das cotas e as condições para a integralização inicial dessas cotas pelo Estado da Bahia. Em 14 de outubro, na segunda Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a garantia e suas condições para o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas.

O presente relatório está disponível ao Conselho Consultivo do FGBP em cumprimento à seção II, art. 13, do Estatuto do FGBP.

2. Negócios realizados no período

Não se aplica. Não foram realizadas novas operações no 1º semestre de 2014, após a integralização de 250 mil cotas, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), perfazendo R\$ 250 milhões de reais, pelo Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013. Os recursos foram depositados na Caixa Econômica Federal. A aplicação financeira desses recursos e o rendimento encontram-se explicitados no item 5 deste relatório.

3. Obrigações contraídas no período

Não foram contraídas novas obrigações em 2014. Manteve-se apenas as obrigações contraídas com o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroviário Salvador e Lauro de Freitas nas condições transcritas a seguir:

A prestação de garantia pelo FGBP à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas compreende:

- a) O pagamento de contraprestações e acréscimos decorrentes de riscos assumidos pelo Estado, ou seja, riscos de demanda de passageiros e déficit do agente de liquidação. Esta parcela das garantias é de execução simples, ficando o FGBP exposto ao risco de 6 (seis) contraprestações mensais máximas, que totalizam um valor estimado de R\$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de reais), base abril de 2013;
- b) As obrigações pecuniárias do Estado da Bahia com a CONCESSIONÁRIA, ou seja, os aportes que a CONCEDENTE se comprometeu no contrato e que se compõem de três parcelas: i) recursos do Governo Federal no âmbito do Programa de

Aceleração do Crescimento – PAC, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); ii) recursos provenientes de saldo do convênio CBTU, no valor de R\$ 283.000.000,00 (duzentos e oitenta e três milhões de reais); iii) e parcela residual, a ser realizada a partir de contratação de operação de financiamento, no valor R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais);

- c) A garantia de indenizações, para o caso de o projeto ser iniciado e não concluído, restando ao poder público indenizar a CONCESSIONÁRIA.

O valor máximo das garantias observará o limite global estabelecido no Art. 1º da Lei Estadual n.º 12.610, de 17 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais).

Transcreve-se, a seguir, as partes principais da Cláusula 29ª do Edital de Concessão Nº 01/2013, que dispõe sobre as garantias a serem prestadas pelo concedente:

“29.2.1 As obrigações pecuniárias do CONCEDENTE garantidas pelo FGBP são as seguintes: (i) as CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS; (ii) as parcelas acrescidas às CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS decorrentes dos riscos assumidos pelo CONCEDENTE, nos termos das cláusulas 25.4.6 e 25.4.7; (iii) o APORTE DE RECURSOS; e (iv) indenizações em geral devidas pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, sobretudo aquelas decorrentes de extinção antecipada do CONTRATO.

29.2.2 A garantia referida na subcláusula 29.2 será constituída pelo FGBP mediante caução em dinheiro em conta vinculada às obrigações acima referidas.

29.2.2.1 A garantia será constituída pelo período necessário à cobertura das obrigações previstas na subcláusula 29.2.1. e será composta pelo saldo mínimo indicado na subcláusula 29.2.2.2., que será repostado na hipótese de execução da garantia com recursos do FUNDESE, sendo que a não reposição por período superior a 6 (seis) meses poderá ensejar, desde que solicitada pela CONCESSIONÁRIA, a rescisão do CONTRATO nos termos da Cláusula 40ª.

29.2.2.2 O saldo mínimo para os primeiros 24 (vinte e quatro) meses do início da IMPLANTAÇÃO é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), valor este que poderá ser reduzido para R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, permanecendo neste montante até o 42º (quadragésimo segundo) mês contado do início da IMPLANTAÇÃO, ou até o término da IMPLANTAÇÃO em caso de atraso imputável ao CONCEDENTE, o que ocorrer por último.

29.2.2.3 A partir do início da OPERAÇÃO PLENA DO SMSL, a garantia permanecerá vigente em valor correspondente a 6 (seis) parcelas de CONTRAPRESTAÇÕES MENSIS MÁXIMAS.

29.2.3 O FGBP assumirá, em caráter irrevogável e irretroatável, a condição de fiador solidariamente responsável pelo fiel cumprimento das obrigações mencionadas na subcláusula 29.2.1 (Obrigação Solidária), que vigorará, de acordo com o disposto nesta Cláusula e no(s) contrato(s) de garantia a ser(em) celebrado(s) com a CONCESSIONÁRIA, a partir do início da vigência do CONTRATO, até a liquidação final, pelo CONCEDENTE, da última parcela da CONTRAPRESTAÇÃO EFETIVA, renunciando expressamente ao benefício previsto no artigo 827 do Código Civil.”

A operação acima foi aprovada pelo Conselho Consultivo do FGBP e pela Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, ambos reunidos em 14 de outubro de 2013.

4. Honra a garantias realizadas

- 4.1. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 19.741.272,68 (dezenove milhões, setecentos e quarenta e um mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos), em 21/08/2014, referente ao 1º Aporte;
- 4.2. Pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 3.278.827,30 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta centavos), em 06/10/2014, referente ao 2º Aporte;

Observações:

- I) Foi solicitado pela CCR em 06/10/2014 a honra da garantia para o 3º aporte, da ordem de R\$ 80.946.048,87, que não foi pago em virtude de o sistema de sinalização não estar completamente instalado levando à condição excepcional de se operar em modo manual, conforme foi explanado em Ofício GASEC nº 440/2014;
- II) Existe a Previsão de pagamento à concessionária do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (CCR) de R\$ 33.607.979,78 (trinta e três milhões, seiscentos e sete mil novecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos,) em 02/01/2015, referente ao 4º Aporte;

5. Evolução Patrimonial do Fundo

5.1. Rentabilidade e valor patrimonial das cotas

O valor integralizado em cotas do FGBP, no montante de 250 milhões de reais, referente ao aporte inicial, manteve-se aplicado no fundo próprio de renda fixa referenciado em LFT e NTN-B, enquanto que os rendimentos do mesmo foram resgatados mensalmente e aplicados em CDB, com rendimento de 100% do CDI/CTIP. Considerando o patrimônio consolidado, principal e rendimentos das aplicações, bem como os pagamentos referentes à honra das garantias realizados, os recursos do FGBP perfazem um saldo total disponível, apurado em 31 de dezembro de 2014, de R\$ 257 milhões de reais, já descontada a taxa de administração da DESENBAHIA e outros encargos. Os rendimentos no ano totalizaram R\$ 26,3 milhões. Estes e a rentabilidades apurados estão evidenciados nas Tabela 5.1 e 5.2 a seguir:

Tabelas 5.1 e 5.2 – Resumo financeiro 2014 (Regime de caixa)

Tabela 5.1 - 1º semestre 2014

MÊS REF	jan-14	fev-14	mar-14	abr-14	mai-14	jun-14
Saldo Inicial - R\$	254.713.070	256.767.945	258.687.926	260.571.136	262.614.693	264.776.149
Receita Apurada no Mês - R\$	2.113.501	1.983.387	1.942.712	2.101.838	2.224.511	2.105.638
Taxa Adm. DESENBAHIA - R\$	58.626	63.405	59.502	58.281	63.055	66.735
Honra Garantia - R\$	-	-	-	-	-	-
Custos de Auditoria - R\$	-	-	-	-	-	-
Outras Taxas - R\$	-	-	-	-	-	-
Subtotal (disponibilidade)- R\$	256.767.945	258.687.926	260.571.136	262.614.693	264.776.149	266.815.052
Direito a Receber - R\$	-	-	-	-	-	-
Saldo Final no Mês - R\$	256.767.945	258.687.926	260.571.136	262.614.693	264.776.149	266.815.052
Valor da Cota - R\$	1,027071778	1,034751706	1,042284546	1,050458771	1,059104596	1,067260208
Relação Patrimônio Disponível /Garantias	1,027	1,035	1,042	1,050	1,059	1,067
Rentabilidade no Mês	0,83%	0,77%	0,75%	0,81%	0,85%	0,79%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada Mês	99,03%	98,84%	98,79%	99,02%	98,66%	97,19%
Rentabilidade Acumulada em 12 Meses	1,61%	2,39%	3,16%	4,00%	4,88%	5,71%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada 12 Meses	99,04%	98,97%	98,92%	98,94%	98,88%	98,62%
Rentabilidade Acumulada no Ano	0,83%	1,61%	2,37%	3,20%	4,07%	4,90%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada no ano	99,03%	98,94%	98,89%	98,91%	98,85%	98,56%

Tabela 5.2 - 2º semestre 2014

MÊS REF	jul-14	ago-14	set-14	out-14	nov-14	dez-14
Saldo Inicial - R\$	266.815.052	269.205.792	251.623.391	253.800.653	252.827.852	254.848.349
Receita Apurada no Mês - R\$	2.467.016	2.232.883	2.244.248	2.373.355	2.104.900	2.421.671
Taxa Adm. DESENBAHIA - R\$	63.169	74.010	66.986	67.327	71.201	63.147
Honra Garantia - R\$	-	19.741.273	-	3.278.827	-	-
Custos de Auditoria - R\$	13.107	-	-	-	13.107	-
Outras Taxas - R\$	-	-	-	-	95	9.974
Subtotal (disponibilidade)- R\$	269.205.792	251.623.391	253.800.653	252.827.852	254.848.349	257.196.899
Direito a Receber - R\$	-	19.741.273	19.741.273	23.020.100	23.020.100	23.020.100
Saldo Final no Mês - R\$	269.205.792	271.364.664	273.541.925	275.847.952	277.868.449	280.216.999
Valor da Cota - R\$	1,076823167	1,085458655	1,094167701	1,103391810	1,111473798	1,120867996
Relação Patrimônio Disponível /Garantias	1,077	1,006	1,015	1,011	1,019	1,029
Rentabilidade no Mês	0,92%	0,84%	0,89%	0,94%	0,83%	0,95%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada Mês	98,25%	98,52%	99,06%	99,31%	99,39%	99,81%
Rentabilidade Acumulada em 12 Meses	6,69%	7,59%	8,46%	9,50%	10,45%	10,59%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada 12 Meses	98,56%	98,54%	98,57%	98,64%	98,69%	98,77%
Rentabilidade Acumulada no Ano	5,87%	6,76%	7,64%	8,67%	9,60%	10,59%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada no ano	98,50%	98,49%	98,53%	98,61%	98,67%	98,77%

Em relação à rentabilidade da carteira de aplicação do FGBP, os rendimentos em relação ao CDI estavam abaixo de 99%, de fevereiro a agosto (com exceção de abril), em função da performance dos papéis do Fundo de renda fixa (títulos públicos referenciados em LFT e NTN-B: FI FGBP RF LP). A partir de setembro foi mudado o fundo para o FI FGBP RF CRED PRIV LP, também referenciado em LFT mas com desempenho um pouco melhor que o anterior. Desta forma, de setembro à dezembro a rentabilidade-mês sobre o CDI foi sempre superior a 99%, o que gerou uma melhora no índice de rentabilidade acumulada e, ainda que não tenha compensado plenamente os meses anteriores a fim de elevar a rentabilidade para 99% do CDI, alcançou um acumulado ano de 98,77% do CDI/CETIP, com rentabilidade acumulada de 10,59% (ver Gráfico 5.1).

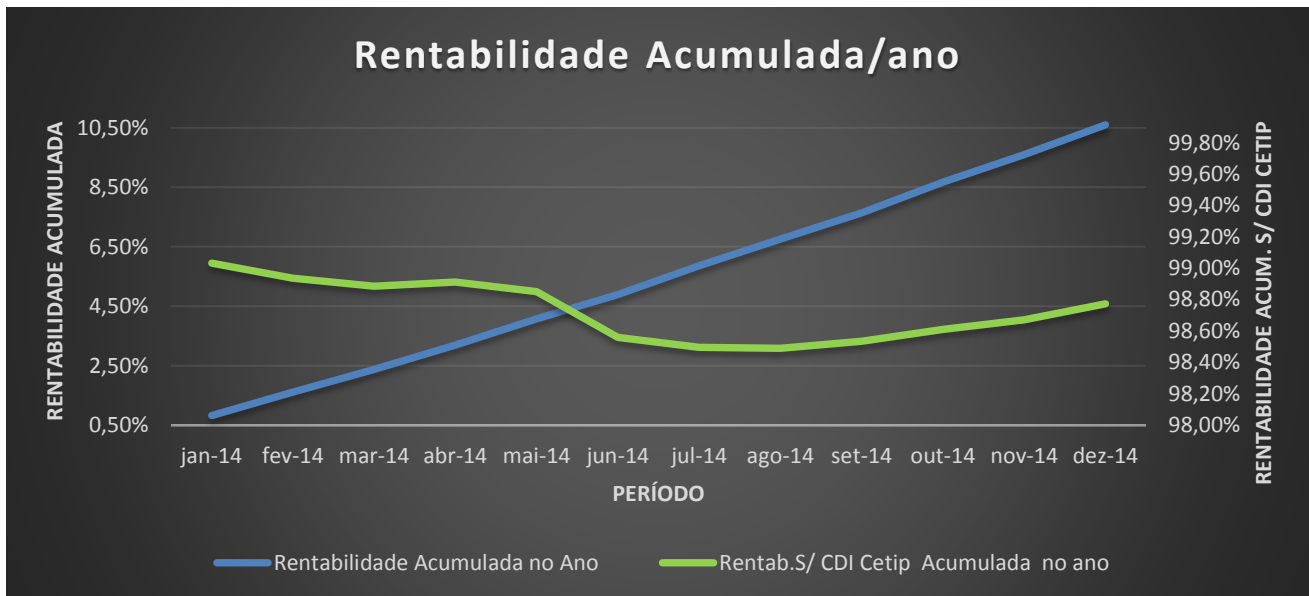


Gráfico 5.1 – Rentabilidade Acumulada

A queda ocorrida em agosto e outubro na relação do patrimônio disponível/garantia se deu em função do pagamento do 1º e 2º aportes à CCR através dos recursos do FGBP, respectivamente (ver Gráfico 5.2). Esses pagamentos sub-rogaram o FGBP no direito de recebimento junto à SEDUR de créditos que totalizam 23,02 milhões, evidenciados na rubrica “Outros Créditos” dos demonstrativos de 2014.



Gráfico 5.2 – Relação Patrimônio/Garantia

O valor da cota manteve-se crescente uma vez que o patrimônio total do FGBP incorporou os rendimentos do período e se sub-rogou no direito do parceiro privado a receber do concedente os valores honrados, tendo a cota valorada em 1,1209 no final do período, conforme mostra o Gráfico 5.3 a seguir.

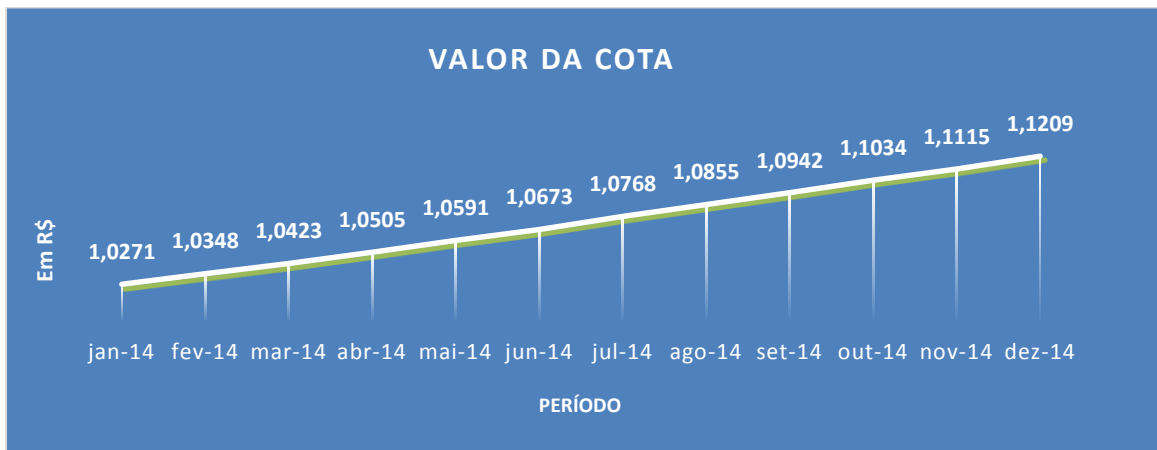


Gráfico 5.3 – Valor da Cota

5.2. Encargos debitados ao FGBP

Os encargos e taxas debitados em 2014, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 811,7 mil (0,3% do patrimônio médio do fundo em 2014), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 775,4 mil reais, referem-se à taxa de administração da Desenhahia, correspondente a 3% dos rendimentos referentes ao período dezembro de 2013 a novembro de 2014, pagos em 2014;
- R\$ 26,2 mil referentes à custos com Auditoria pagos em 2014;
- R\$ 10,1 mil referentes à taxas municipais pagas no período.

Também foram debitadas despesas referentes às aplicações de renda fixa - (despesas de auditoria, taxa de administração, despesas de taxas SELIC/CETIP, etc). Como essas despesas foram descontadas diretamente das receitas apuradas dessas aplicações, os valores informados se referem ao resultado líquido.

Considerando o regime de competência observado nos demonstrativos contábeis de 2014 (em anexo):

- a) Foi apropriado o valor de R\$ 94,4 mil na rubrica “obrigações Diversas” dos demonstrativos de 2014, referente à taxa de administração da Desenhahia, apurado em dezembro de 2014, a ser pago em janeiro de 2015 (R\$ 72,6 mil) e despesas de Auditoria já realizadas e ainda não faturadas (R\$ 21,8 mil).
- b) As despesas administrativas demonstradas no DRE se referem aos valores contabilizados de custos com auditoria no total de R\$ 48 mil (R\$ 26,2 mil já pagos no período e 21,8 mil ainda não faturado em 2014 mas referente a serviços já realizados).
- c) As despesas tributárias, no valor de R\$ 10 mil, são referentes às taxas pagas à Prefeitura Municipal de Salvador;
- d) Já as Outras Despesas Operacionais são relativas à taxa de administração da Desenhahia apuradas de janeiro a dezembro de 2014, no valor de R\$ 789 mil.

5.3. Valor de mercado dos bens e Direitos integrantes do patrimônio do FGBP

Não se aplica no período analisando.

6. Programa de Investimentos para o próximo período e perspectivas

Para o ano de 2015 não há perspectiva de realização de novos negócios com o comprometimento com garantias de outros contratos de PPP. Com a utilização de recursos do FGBP para honra do primeiro e segundo aportes do Contrato de PPP do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas e o agendamento para a honra do quarto aporte em 02/01/2015, no valor de R\$ 33,6 milhões, a relação Patrimônio Disponível/Garantia cairá para abaixo de 1 no início de 2015, sendo necessária a recomposição do saldo mínimo do Fundo pelo Cotista.

Previsão em 02 de janeiro de 2015 (após honra do 4º aporte):

- Disponibilidade:	R\$ 223.700.286,46
- Relação Patrimônio Disponível /Garantias:	0,89 (INFERIOR A 1)
- Valor necessário para recomposição do saldo mínimo:	R\$ 26.299.713,54

Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia
Administradora do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP

ANEXO A

Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP

Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP

Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



KPMG Auditores Independentes
Av. Tancredo Neves, 450, sala 1702
Edifício Suarez Trade - Caminho das Árvores
41820-901 - Salvador, BA - Brasil
Caixa Postal 5799
41820-970 Salvador, BA - Brasil

Central Tel 55 (71) 3507-6600
Fax 55 (71) 3507-6601
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP
(Administrado pela Desenharia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.)
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

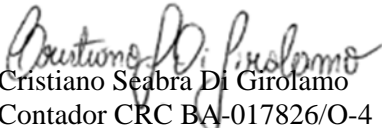


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Garantidor Baiano de Parceria - FGBP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Salvador, 26 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7


Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Fundo Garantidor Baiano de Participações - FGBP

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Títulos e valores mobiliários	(5)	257.197	254.713	Obrigações diversas	(7)	<u>94</u>	<u>59</u>
Outros créditos	(6)	<u>23.020</u>	<u>-</u>	Total do circulante		<u>94</u>	<u>59</u>
Total do circulante		<u>280.217</u>	<u>254.713</u>	Patrimônio líquido	(9)		
				Capital		250.000	250.000
				Reservas de lucros		<u>30.123</u>	<u>4.654</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>280.123</u>	<u>254.654</u>
Total do ativo		<u>280.217</u>	<u>254.713</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>280.217</u>	<u>254.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo Garantidor Baiano de Participações - FGBP

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de três meses findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas da intermediação financeira		26.316	4.798
Rendas com títulos e valores mobiliários	(10)	<u>26.316</u>	<u>4.798</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>26.316</u>	<u>4.798</u>
Outras despesas operacionais	(10)	(847)	(144)
Despesas administrativas		(48)	(144)
Despesas tributárias		(10)	-
Outras despesas operacionais		<u>(789)</u>	<u>-</u>
Resultado operacional		<u>25.469</u>	<u>4.654</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>25.469</u>	<u>4.654</u>
Resultado do exercício / período		<u><u>25.469</u></u>	<u><u>4.654</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo Garantidor Baiano de Participações - FGBP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de três meses findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	250.000	4.654	-	254.654
Resultado do exercício	-	-	25.469	25.469
Destinação:				
Transferência de recursos	-	25.469	(25.469)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>250.000</u>	<u>30.123</u>	<u>-</u>	<u>280.123</u>
Mutações do exercício	<u>250.000</u>	<u>30.123</u>	<u>-</u>	<u>280.123</u>
Aporte inicial de capital em 15 de outubro de 2013	250.000	-	-	250.000
Resultado do período	-	-	4.654	4.654
Destinação:				
Transferência de recursos	<u>-</u>	<u>4.654</u>	<u>(4.654)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>250.000</u>	<u>4.654</u>	<u>-</u>	<u>254.654</u>
Mutações do período	<u>250.000</u>	<u>4.654</u>	<u>-</u>	<u>254.654</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo Garantidor Baiano de Participações - FGBP

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de três meses findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício / período ajustado		<u>25.469</u>	<u>4.654</u>
Variações patrimoniais			
Títulos e valores mobiliários		(252.379)	-
Outros créditos		(23.020)	-
Outras obrigações		<u>35</u>	<u>59</u>
Caixa líquido originado das atividades operacionais		<u>(249.895)</u>	<u>4.713</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aporte inicial de capital		<u>-</u>	<u>250.000</u>
Caixa líquido originado das atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>250.000</u>
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa		<u>(249.895)</u>	<u>254.713</u>
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa		<u>(249.895)</u>	<u>254.713</u>
Início do exercício / período		254.713	-
Final do exercício / período	(4)	4.818	254.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP (“Fundo”) foi instituído pela Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012. Seu estatuto e regulamento foram publicados no diário oficial do Estado da Bahia nos dias 27 de setembro e 1º de outubro de 2013, respectivamente.

O FGBP tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O FGBP é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira assembleia de cotistas realizada em 3 de junho de 2013. Neste ato também foi autorizada a integralização inicial de capital do Fundo com recursos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ao Estado da Bahia. Com a publicação do estatuto em 27 de setembro de 2013 tiveram início as operações do Fundo. O aporte de capital ocorreu em 15 de outubro de 2013.

A Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A – Desenhahia foi designada administradora do FGBP mediante seu regulamento.

Política de Investimentos

O FGBP tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas através da gestão e administração de uma carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, moeda corrente, bens móveis e imóveis e ou outros direitos com valor patrimonial, buscando a manutenção de sua rentabilidade, segurança e liquidez.

O patrimônio de cada cotista é a soma da quantidade de cotas multiplicada pelo respectivo valor das mesmas.

A gestão do FGBP deve buscar compatibilizar a evolução do ativo comprometido com a trajetória esperada para as obrigações assumidas, de acordo com os respectivos prazos e indexadores.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

De acordo com o regulamento do FGBP, o Fundo tem contabilidade própria, compatível com o sistema adotado pelo seu administrador, Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Assim sendo, as suas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional do FGBP.

Estimativas e premissas foram utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenha efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foi aplicada de maneira consistente ao exercício e período de 3 meses aqui apresentado.

- a.** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.
- b.** A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76 e às normas e instruções do BACEN.
- c.** Os títulos e valores mobiliários registram a aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos.
- d.** Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável.
- e.** As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.
- f.** Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento de até 90 dias, registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- g.** Para apuração de tributos, o Fundo está submetido à imunidade recíproca, que protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, no que concerne à incidência dos impostos. Por exemplo, a União não pode cobrar impostos dos Estados e Municípios, sendo verdadeira a recíproca, nem os Estados nem os Municípios podem cobrar impostos da União nem uns dos outros. A imunidade recíproca protege o patrimônio, a renda e os serviços da União, dos Estados e dos Municípios, sendo extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que concerne ao patrimônio, renda ou serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos do FGBP, classificados na rubrica “títulos e valores mobiliários”, estão aplicados na CAIXA com liquidez diária, tendo a seguinte composição:

	2014	2013
Certificado de depósito bancário – CDB	4.818	2.781
Cotas de fundo mutuo de renda fixa	-	251.932
TOTAL	4.818	254.713

5 Títulos e Valores Mobiliários

Os valores destacados como equivalentes de caixa referem-se a aplicação na CAIXA em CDB, com liquidez diária e rentabilidade de 100% do CDI, sendo, R\$ 1.000 com vencimento em 11 de setembro de 2019, R\$ 1.790 com vencimento em 11 de outubro de 2019 e R\$ 2.028 com vencimento em 7 de novembro de 2019. Os papéis de 2013 tinham vencimento em 1º de novembro de 2018, mas foram totalmente resgatados ao longo de 2014.

O FGBP possui, também, aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo do Caixa FGBP renda fixa crédito privado longo prazo, que possui a seguinte composição:

	faixa de vencimento - 2014						Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	de 3 meses à 1 ano	de 1 à 2 anos	de 2 à 3 anos	acima de 3 anos	
Disponibilidades	4	-	-	-	-	-	4
Operações compromissadas	-	-	-	-	41.768	91.958	133.726
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	-	-	45.992	-	46.545	92.537
Títulos públicos	-	-	-	-	-	26.149	26.149
Valores a pagar	(37)	-	-	-	-	-	(37)
TOTAL	(33)	-	-	45.992	41.768	164.652	252.379

	faixa de vencimento - 2013						Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	de 3 meses à 1 ano	de 1 à 2 anos	de 2 à 3 anos	acima de 3 anos	
Valores a receber	1	-	-	-	-	-	1
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	181.140	181.140
Títulos públicos	-	-	-	-	-	70.824	70.824
Valores a pagar	(33)	-	-	-	-	-	(33)
TOTAL	(32)	-	-	-	-	251.964	251.932

6 Outros Créditos

Em consonância com a finalidade que deu origem ao FGBP, nos meses de agosto e outubro de 2014, foram prestadas garantias para honrar obrigações pecuniárias do Governo do Estado em

função da PPP firmada com o consórcio CCR Metrô Salvador, nos valores de R\$ 19.741 e R\$ 3.279, respectivamente.

7 Obrigações Diversas

As obrigações do Fundo estão compostas por:

	2014	2013
Taxa de administração (i)	72	59
Pagamentos diversos (ii)	<u>22</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u><u>94</u></u>	<u><u>59</u></u>

- (i) Conforme previsto no regulamento do fundo, mensalmente a Desenhahia faz juz a uma taxa de administração do FGBP (vide nota explicativa nº 7).
- (ii) Valores inerentes aos serviços de auditoria independente, cujas notas fiscais ainda não foram faturadas, mas tiveram as despesas reconhecidas pelo regime de competência.

8 Remuneração ao Administrador

O FGBP paga ao seu administrador (Desenhahia) pelos serviços de administração e gestão do Fundo uma taxa de administração equivalente a um percentual ao ano a ser aprovado em Assembleia de Cotistas, incidente sobre o rendimento líquido das aplicações financeiras do Fundo. Na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de outubro de 2013 ficou estabelecida a taxa de 3% ao ano.

9 Patrimônio Líquido

O capital social é constituído de 250.000 cotas, no valor de R\$ 1 cada, tendo o Estado da Bahia como único cotista.

O FGBP não pagará rendimentos a seus cotistas. A este está assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao patrimônio ainda não utilizado para concessão de garantias, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo.

10 Resultado

As receitas auferidas nos exercícios tiveram a seguinte composição:

	2014	2013
Rendas de títulos de renda fixa	827	4.798
Renda de cotas de fundo mutuo de renda fixa	<u>25.489</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u><u>26.316</u></u>	<u><u>4.798</u></u>

As despesas incorridas no exercício / período tiveram a seguinte composição:

	2014	2013
Despesas com serviço técnico especializado - auditoria	(48)	-
Despesas tributárias (i)	(10)	-
Despesas de administração de fundos (ii)	<u>(789)</u>	<u>(144)</u>
TOTAL	<u><u>(847)</u></u>	<u><u>(144)</u></u>

- (i) Taxas de viabilidade, fiscalização e localização pagas à Prefeitura Municipal de Salvador.
- (ii) Refere-se a valores pagos à administradora do FGBP, a Agência de Fomento do Estado da Bahia, decorrente da prestação dos serviços de administração.

11 Partes Relacionadas

Conforme reza o Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o FGBP possui como parte relacionada a Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Ao longo do exercício / período, o Fundo teve como despesa de taxa de administração o valor de R\$ 789 (R\$ 144 em 2013), e findou o ano com uma obrigação de R\$ 72 (R\$ 59 em 2013), também inerente à taxa da administração.

12 Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2015 foi liberado um novo aporte para prestação de garantias para honrar obrigações pecuniárias do Governo do Estado em função da PPP firmada com o consórcio CCR Metrô Salvador, no montante de R\$ 33.608.

* * *